**ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

# INFRAESTRUTURA, MORADIA, OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL: PERCEPÇÕES DOS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO RURAL OLHO D'ÁGUA, PIRIPIRI-PI

**RESUMO**
A consolidação dos assentamentos rurais exige condições materiais, habitacionais e territoriais capazes de garantir uma vida digna no campo, para além da distribuição de lotes. Este estudo analisa as percepções de titulares residentes e não residentes do Assentamento Rural Olho D'Água, em Piripiri–PI, sobre os desafios de infraestrutura, moradia e organização espacial do território, constituído em 2010 pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. A pesquisa adotou abordagem qualitativa exploratório-descritiva, com entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise documental, tratadas por análise temática de conteúdo. Os resultados evidenciam incompletude institucional: a organização espacial concentrada das moradias limita a produção e gera conflitos; vias sem pavimentação e a ausência de espaços coletivos fragilizam a dinâmica comunitária; e as condições habitacionais refletem mais de uma década sem reformas. A não permanência de parte dos titulares resulta da precariedade habitacional, do custo de transporte e da ausência de perspectivas de melhoria. Como contraponto, identificou-se prática embrionária de governança comunitária — o pagamento coletivo das contas de água e energia. Conclui-se que a efetividade da reforma agrária não se mede pela entrega de lotes, mas pela capacidade do Estado de garantir, de forma contínua, condições para que as famílias assentadas construam coletivamente uma vida digna no campo.
**Palavras-chave**: Reforma Agrária. Assentamento Rural. Infraestrutura. Moradia. Organização Espacial.

**ABSTRACT**
The consolidation of rural settlements requires material, housing, and territorial conditions for a dignified life in the countryside, beyond the distribution of plots. This study analyzes the perceptions of resident and non-resident titleholders of the Olho D'Água Rural Settlement, in Piripiri–PI, regarding challenges related to infrastructure, housing, and spatial organization, established in 2010 through the National Land Credit Program. The research adopted a qualitative, exploratory-descriptive approach, using semi-structured interviews, direct observation, and document analysis, processed through thematic content analysis. The results reveal institutional incompleteness: the concentrated spatial organization of housing limits production and generates conflicts; unpaved roads and the absence of collective spaces weaken community dynamics; and housing conditions reflect more than a decade without reforms. The non-permanence of some landholders results from precarious housing, transportation costs, and a lack of prospects for improvement. In contrast, an embryonic practice of community governance was identified—the collective payment of water and energy bills. It is concluded that the effectiveness of agrarian reform is measured not by the delivery of plots, but by the State's ability to continuously guarantee conditions for settled families to build a dignified life in the countryside.
**Keywords**: Agrarian Reform. Rural Settlement. Infrastructure. Housing. Spatial Organization.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a formação do território brasileiro, as desigualdades sociais e econômicas moldaram a organização do espaço rural, consolidando um modelo agrário excludente no qual a terra se constituiu como instrumento de poder e controle social, expressando disputas e interesses contraditórios que dificultam transformações estruturais no campo (Martins, 2000).

Como resposta a esse processo histórico, a Reforma Agrária consolidou-se como política pública de democratização do acesso à terra, com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964) e nos artigos 184 a 191 da Constituição Federal de 1988, que definem a função social da propriedade rural e os instrumentos de intervenção do Estado na política agrária (Brasil, 1964; 1988).

O Brasil possui mais de um milhão de famílias assentadas em projetos de Reforma Agrária (INCRA, 2024). Fernandes (2017) e Azevedo et al. (2024) destacam que a consolidação dos assentamentos permanece um dos principais desafios dessa política, sobretudo em contextos de limitações de infraestrutura, precariedade habitacional e fragilidades na organização espacial — elementos que afetam a vida cotidiana e a permanência das famílias no campo.

É nesse contexto que se insere o Assentamento Rural Olho D'Água, na comunidade São José, Data Alagoinha, zona rural de Piripiri–PI. Criado em 2010 pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com recursos do Banco do Nordeste e apoio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, possui aproximadamente 170 hectares e abriga famílias com atividades agrícolas voltadas, predominantemente, ao autoconsumo.

Apesar de representar uma importante conquista, o assentamento apresenta limitações de infraestrutura, condições habitacionais e organização espacial que, conforme Ferrante e Whitaker (2008), comprometem sua consolidação e as possibilidades de permanência das famílias, especialmente quando o acesso à terra não é acompanhado de investimentos públicos estruturantes.

Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Como os assentados percebem os desafios e impactos relacionados à infraestrutura, à moradia e à organização espacial no cotidiano do Assentamento Rural Olho D'Água, no município de Piripiri–PI?

O objetivo geral do estudo é analisar as percepções dos moradores do Assentamento Rural Olho D'Água acerca dos desafios relacionados à infraestrutura, à moradia e à organização espacial, bem como seus impactos na dinâmica social e comunitária.

A pesquisa justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema, uma vez que Fernandes (2017) e Azevedo et al. (2024) associam a efetividade da Reforma Agrária à capacidade dos assentamentos de oferecer condições dignas de vida. O estudo busca contribuir para o debate sobre desenvolvimento rural e subsidiar políticas públicas mais sensíveis às realidades territoriais.

Este artigo está organizado em cinco seções: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Análise e Discussão dos Resultados e Conclusão e Contribuições.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Reforma Agrária, Assentamentos Rurais e Desenvolvimento Social

A discussão sobre a reforma agrária no Brasil envolve dimensões históricas, sociais, políticas e econômicas, marcada por conflitos e interesses divergentes. Martins (2000) e Fernandes (2017) destacam que a questão agrária não se limita à redistribuição da terra, estando associada a processos mais amplos de exclusão social, concentração fundiária e negação de direitos às populações do campo.

A Reforma Agrária configura-se como política pública estratégica para a justiça social e o desenvolvimento rural, exigindo ações que ultrapassem a desapropriação ou o financiamento de terras. Ferrante e Whitaker (2008) e Cardoso (1997) apontam que a consolidação dos assentamentos depende da oferta de infraestrutura básica, moradia adequada e organização territorial eficiente.

A criação de assentamentos pelo INCRA constitui o principal instrumento operacional dessa política, materializando-a como um "conjunto de unidades agrícolas destinadas a famílias de trabalhadores rurais sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural" (INCRA, 2024).

Entretanto, a conquista jurídica da terra representa apenas o início de um processo mais amplo. Abramovay (1999) adverte que o desenvolvimento social no meio rural não ocorre automaticamente a partir da redistribuição fundiária, exigindo um projeto político intencional que reconheça as múltiplas funções sociais, culturais e ambientais do campo.

### 2.2 Assentamentos Rurais como Espaços de Construção Social

A consolidação de um assentamento rural depende da convergência de múltiplas dimensões materiais e simbólicas. Ferrante e Whitaker (2008) identificam três eixos fundamentais para que esse processo se efetive: a infraestrutura física e comunitária, as condições de moradia e a organização espacial do território.

#### 2.2.1 Infraestrutura Física e Comunitária

Refere-se ao acesso à água, energia elétrica, estradas, saneamento e equipamentos coletivos — condições essenciais para a saúde, a mobilidade e a integração da comunidade, sem as quais a produção e a socialização tornam-se limitadas. Ferrante e Whitaker (2008) destacam o Programa Luz para Todos e a fragilidade da assistência técnica como elementos centrais na luta por infraestrutura mínima nos assentamentos.

#### 2.2.2 Condições de Moradia e Bem-Estar

As condições de moradia transcendem a noção de abrigo físico, assumindo significado social e simbólico: a casa materializa o direito conquistado à terra, influenciando o bem-estar

físico e psicológico, a organização familiar e a decisão de permanência no lote. Ferrante e Whitaker (2008) situam a moradia como elemento central nas tensões entre permanecer ou abandonar o assentamento.

2.2.3 Organização Espacial do Território

Abrange a disposição dos lotes, das moradias, das áreas comuns e dos equipamentos coletivos, influenciando as relações sociais, a cooperação comunitária e a construção da identidade do assentamento. Ferrante e Whitaker (2008) demonstram que o arranjo territorial pode facilitar ou dificultar a vida comunitária e a gestão coletiva do território.

A articulação entre esses três elementos constitui a base material e simbólica da vida nos assentamentos: quando fortalecidos, contribuem para a autonomia e a coesão social; quando negligenciados, resultam em esvaziamento populacional. O INCRA prevê um fluxo de implantação em três etapas — criação, instalação e estruturação —, mas Ferrante e Whitaker (2008) mostram que essa sequência nem sempre se concretiza, tornando a estruturação prometida uma luta cotidiana por água, energia e moradia.

## 2.3 Vida Social e Comunitária nos Assentamentos

As experiências vivenciadas pelas famílias assentadas influenciam diretamente a relação com o território e a comunidade. Ferrante e Whitaker (2008) indicam que a permanência das famílias está associada à percepção das condições de vida e ao apoio institucional recebido, dinâmica marcada por cooperação, mas também por conflitos: a participação em associações é central, mas a ausência de apoio técnico contínuo pode comprometer a gestão coletiva do espaço.

## 3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, buscando compreender as percepções, experiências e interpretações dos assentados acerca das condições de infraestrutura, moradia e organização espacial no Assentamento Rural Olho D'Água, em Piripiri–PI.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por permitir analisar os significados atribuídos pelos sujeitos às suas vivências e relações no contexto social em que estão inseridos. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças e experiências humanas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva, buscando compreender os desafios enfrentados pelos assentados e seus impactos na dinâmica social e comunitária. Conforme Gil (2019), a exploratória possibilita maior aproximação com o fenômeno estudado, enquanto a descritiva permite registrar e interpretar a realidade social.

O estudo fundamentou-se, ainda, em revisão bibliográfica e levantamento de dados de campo, articulando o referencial teórico às evidências empíricas obtidas no contexto investigado.

A investigação foi desenvolvida no Assentamento Rural Olho D'Água, em Piripiri–PI, entre março e maio de 2026, com sujeitos selecionados por tempo de moradia, acessibilidade e disponibilidade, organizados em Perfil A (residentes) e Perfil B (não residentes), possibilitando identificar diferentes perspectivas sobre ocupação, permanência e os desafios investigados.

A coleta de dados ocorreu por entrevistas semiestruturadas sobre infraestrutura, moradia, organização espacial e perspectivas de fortalecimento comunitário. Conforme Lombardi et al. (2021), esse instrumento permite aprofundar informações subjetivas dificilmente identificáveis apenas por dados quantitativos.

Além das entrevistas, a pesquisa contou com observação direta in loco, registrada em diário de campo, permitindo observar a estrutura física do assentamento, as condições das moradias, as vias de acesso, os espaços comunitários e as dinâmicas sociais do cotidiano local.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa assegurou a participação voluntária dos entrevistados e o direito de recusa ou desistência em qualquer etapa, sem qualquer prejuízo. Todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e foram identificados nos resultados por códigos alfanuméricos, preservando sua identidade.

Os dados obtidos nas entrevistas e na observação foram organizados com base na análise temática, procedimento que possibilita a identificação, interpretação e categorização de padrões de sentido presentes nos discursos (Minayo, 2014). A definição dos eixos analíticos ocorreu em consonância com os objetivos específicos da pesquisa, estruturando-se em quatro categorias temáticas, conforme quadro abaixo.

**Quadro 1**: Eixos analíticos da pesquisa em consonância com os objetivos específicos

| **OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA** | **EIXOS ANALÍTICOS** |
|---|---|
| Compreender como a organização espacial do assentamento influencia o cotidiano e as relações sociais dos assentados. | I - Organização espacial e efeitos na vida cotidiana |
| Identificar as principais deficiências relacionadas à infraestrutura física e comunitária do assentamento. | II - Deficiências de infraestrutura física e comunitária |
| Analisar as condições de moradia e os fatores que influenciam o processo de ocupação no assentamento. | III - Condições de moradia e fatores de ocupação |

| | |
|---|---|
| Investigar as perspectivas dos assentados quanto ao fortalecimento da vida comunitária e às melhorias de infraestrutura local. | IV - Perspectivas dos assentados para o fortalecimento da vida comunitária e melhoria da infraestrutura |

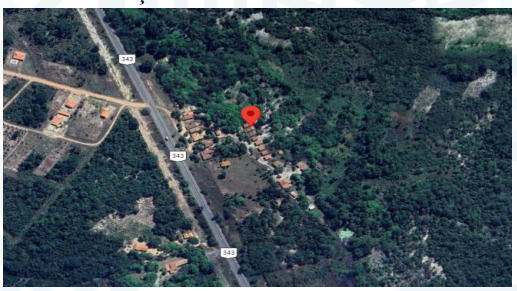
**Fonte:** Elaborado pela Autora (2026).

A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, articulando os dados empíricos ao referencial teórico. Conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo possibilita compreender aspectos subjetivos presentes nas falas dos participantes. A utilização conjunta das entrevistas, da observação direta e do diário de campo permitiu a triangulação das informações, fortalecendo a validade qualitativa da pesquisa.

### 3.1 Lócus da Pesquisa

A pesquisa tem como lócus o Assentamento Rural Olho D'Água, localizado às margens da BR-343, na zona rural de Piripiri–PI, a aproximadamente 10 km do centro da cidade e 165 km da capital, Teresina. Com área de 167,39 hectares, o assentamento insere-se em contexto predominantemente rural, marcado por atividades agrícolas.

**Figura 1**: Localização do Assentamento Rural Olho D'Água



**Fonte**: SDR (2020)

O assentamento apresenta características típicas das comunidades rurais piauienses, com predominância da agricultura familiar e participação associativa. Ocupado por 11 famílias, situa-se em área de vegetação típica do semiárido e do cerrado de transição, com relevante potencial hídrico subterrâneo — diferencial importante para a permanência das famílias.

**Figura 2**: Assentamento Olho D'água, Piripiri - PI



**Fonte**: Portal Cidade Verde (2013)

A dinâmica econômica está voltada para agricultura de subsistência, pequenos cultivos comerciais e criação de animais, destacando-se mandioca, milho e feijão como principais produtos cultivados.

Observa-se que a comunidade vem passando por melhorias tímidas em sua infraestrutura rural, com destaque para obras de mobilidade e eletrificação que favoreceram o deslocamento dos moradores e o acesso aos serviços urbanos do município.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados das entrevistas com moradores residentes (Perfil A) e titulares não residentes (Perfil B), complementadas pela observação in loco, organizados em quatro eixos: (I) organização espacial; (II) deficiências de infraestrutura; (III) condições de moradia e ocupação; e (IV) perspectivas para o fortalecimento comunitário, conforme a análise de conteúdo de Bardin (2011).

### 4.1 Organização Espacial do Assentamento e Seus Efeitos sobre a Vida Cotidiana dos Assentados

A análise da organização espacial demonstrou que a configuração territorial não se limita à disposição física dos lotes, mas constitui elemento estruturante das relações sociais, produtivas e simbólicas. As falas dos entrevistados indicam consenso quanto à inadequação do arranjo espacial, especialmente quanto à proximidade entre as unidades habitacionais.

Esse aspecto é recorrente nos relatos dos moradores, como evidencia "a organização é boa, mas era melhor se elas fossem mais longe uma da outra. Podia ter mais espaço para os bichos, os animais" (SM2-A, 2026). A afirmação expressa um padrão coletivo de restrição do uso do espaço produtivo, indicando que a organização territorial impacta diretamente a autonomia das famílias no manejo de suas atividades cotidianas.

A proximidade das moradias também pode ser observada na Figura 3, que evidencia a reduzida distância entre as unidades habitacionais e reforça empiricamente as falas dos entrevistados quanto às limitações no uso do espaço produtivo e na privacidade das famílias.

**Figura 3**: Unidades habitacionais do Assentamento



**Fonte:** Elaborado pela Autora (2026)

A recorrência da percepção de moradias muito próximas revela uma contradição entre o modelo de assentamento rural e sua implementação: em vez de unidades produtivas autônomas, observa-se uma configuração mais próxima de um agrupamento urbano, o que compromete o uso agrícola do entorno das moradias.

Os parâmetros de organização dos lotes rurais fundamentam-se no Estatuto da Terra (1964) e nos módulos rurais definidos pelo INCRA, que preveem espaço suficiente para atividades agrícolas e criação de animais. O descompasso entre essa norma e a realidade do Assentamento Olho D'Água pode ser lido, à luz de Ferrante e Whitaker (2008), como incompletude institucional — quando a conquista jurídica da terra não é acompanhada das condições materiais necessárias à reprodução das famílias.

O participante mencionou "as casas foram feitas muito perto e aí prejudica muita gente porque a gente não pode fazer nada" (SM1-A, 2026), explicando que o cercado é emendado entre as propriedades, gerando conflitos frequentes — confirmando o alerta de Martins (2000) sobre a necessidade de condições concretas de vida e organização territorial.

Essa configuração afeta diretamente a criação de pequenos animais e o uso do quintal produtivo, como evidencia a fala "aqui não tem como melhorar mais nada, porque do jeito que foi construído não ficou espaço para ninguém" (SM4-A, 2026) — expressão de incompletude institucional, nos termos de Ferrante e Whitaker (2008).

Essa percepção foi reforçada pelas falas "lá não passa como assentamento, lá passaram como vila, as casas muito pertinho uma da outra" (SM2-B, 2026) e "esse é o primeiro até hoje que eu vi que as casas é perto, em cima desse jeito aqui" (SM1-B, 2026).

A observação de campo reforça essa análise ao constatar que a disposição espacial dificulta atividades agrícolas próximas às residências e estimula práticas individuais em detrimento de formas coletivas de produção, indicando baixa institucionalização de práticas cooperativas no território.

Esses dados revelam que a configuração espacial do Olho D'Água é percebida como atípica mesmo em comparação com outros assentamentos, sinalizando problema de planejamento específico deste território, e interfere na dimensão simbólica da vida rural — a proximidade excessiva afeta a privacidade e a autonomia doméstica, tornando o espaço elemento de tensão social.

**4.2 Deficiências de Infraestrutura Física e Comunitária**

A infraestrutura física e comunitária constitui condição essencial para a saúde, a segurança, a mobilidade e a integração de uma comunidade (Ferrante; Whitaker, 2008), e sua

precariedade — estradas vicinais, água potável, saneamento, energia — ainda representa um dos principais desafios à permanência das famílias assentadas no Nordeste.

No Assentamento Olho D'Água, essas deficiências revelam uma dimensão estrutural que não se limita ao espaço físico, mas se estende à capacidade de circulação, organização social e reprodução econômica das famílias residentes.

As percepções sobre a infraestrutura mostram-se divergentes, experienciadas de forma desigual: enquanto alguns percebem melhorias relativas, outros evidenciam forte precarização, sobretudo em períodos de chuva, como mostra a fala "ficou mais dificultoso, porque aí eu fico dependendo dos outros para ir para todo lugar, tenho que pagar para ir, aí fica dificultoso para mim" (SM1-A, 2026).

Em contraste, outros participantes afirmam "o comércio é perto, a escola tem o transporte, o ônibus vem me pegar, me deixar" (SM2-A, 2026) e "não tenho dificuldade de deslocamento, só tem uma entrada e só uma saída" (SM4-A, 2026).

Essa divergência revela que a infraestrutura não pode ser analisada apenas como presença ou ausência, mas como condição relacional que afeta os sujeitos conforme sua posição social, mobilidade e condições de saúde. Abramovay (1999) destaca que o desenvolvimento rural deve ser compreendido como processo desigual e politicamente condicionado, e não como resultado automático da implantação de políticas fundiárias.

A observação de campo reforça essa interpretação ao evidenciar que, além da precariedade física, inexistem equipamentos coletivos de beneficiamento da produção, o que limita a agregação de valor e reforça a lógica de produção individualizada.

**4.3 Condições de Moradia e Fatores de Ocupação**

Esta seção analisa as condições das unidades habitacionais e os fatores que influenciam a decisão dos beneficiários de permanecer ou não na comunidade. As percepções dos participantes convergem para três aspectos: (a) a precariedade construtiva das moradias, (b) a existência de unidades desocupadas ou subutilizadas e (c) os fatores que contribuem para a não permanência de titulares no assentamento.

Os entrevistados relataram limitações estruturais e ausência de reformas desde a entrega das moradias, como no relato "eu acho ela pequena, se ela tivesse mais espaço, era bom, se fosse maior, no caso, tivesse mais um cômodo, porque ela era só esse cômodo pra lá. Esse alpendre já foi nós que fizemos" (SM2-A, 2026).

Os dados revelaram tentativas de melhorias com recursos próprios, porém sem sucesso pelas limitações financeiras, como relata o participante: "eu tentei fazer, mas aí né, a condição

é pouca, mas eu fiz aqui na frente, aí caiu, eu fiz lá na cozinha, mas coisinha básica, mas eu fiz" (SM1-A, 2026).

Chama atenção o relato de um titular que reformou a casa com recursos próprios: "as casas foram construídas pelo governo, essa minha aqui, já existia, apenas reformei com esse recurso (...) se vier uma reforma do governo, eu não quero mais. Quero viver do meu jeito" (SM4-A, 2026).

Outros relatos evidenciam expectativas não realizadas: "...a reforma também que foi falado a muito tempo, disse que ia vir uma reforma pra essas casas e nunca veio, ninguém sabe se ainda vem" (SM2-A, 2026) e "poderia melhorar, porque as casas já estão precisando de reforma" (SM4-A, 2026), este último expressando também descrença na atuação governamental.

Esses relatos confirmam que a precariedade habitacional permanece um dos principais desafios enfrentados pelos moradores, corroborando Ferrante e Whitaker (2008), para quem as promessas de estruturação dos assentamentos frequentemente se transformam em déficits habitacionais persistentes.

Outro aspecto recorrente refere-se a moradias desocupadas: "alguns já têm casa na rua e ganhou aqui, não precisa e não vem pra cá" (SM1-A, 2026), evidenciando que parte dos beneficiários, por já possuir residência na cidade, não demonstra interesse em ocupar o imóvel — gerando insatisfação, como em "tem muitas pessoas precisando, necessitando de casa, enquanto alguns têm duas, moram em uma e a outra está aqui se acabando" (SM2-A, 2026).

Já na percepção de outro sujeito, "as casas estão aí, moradia deteriorada, moradia de morcego e cupim" (SM3-A, 2026), descrição que contrasta com outro relato: "estão todas ocupadas, porque a única que está desocupada é da associação, que é para a reunião (...) todos os moradores, mesmo não estando debaixo dela, eles cuidam das coisas deles, do jeito de cada um" (SM4-A, 2026), que considera as propriedades ocupadas mesmo sem residência permanente.

Essa divergência sugere diferentes interpretações sobre ocupação: para alguns, associa-se à residência permanente; para outros, basta manter o vínculo com o lote. As observações de campo reforçam parcialmente o relato de SM3-A, com unidades apresentando sinais de desuso prolongado — oxidação, ausência de utensílios visíveis, cupins —, indicando subutilização da área habitacional, o que reflete uma das tensões apontadas por Ferrante e Whitaker (2008), para quem permanecer ou abandonar o lote relaciona-se às condições de vida e ao suporte institucional disponibilizado.

Os relatos dos titulares não residentes permitem compreender os fatores que influenciam a saída da comunidade. Um respondente associou sua saída à ausência de melhorias: "não teve melhoria nenhuma, resolvi sair" (SM1-B, 2026). Outro destacou o custo do deslocamento frente à cidade: "eu comprei essa casa aqui na rua e tudo meu eu resolvo aqui na rua, Piripiri (...) eu me sinto aqui mais à vontade" (SM2-B, 2026), relato que também aponta conflitos internos e dificuldades de conciliar a vida no assentamento com compromissos profissionais urbanos.

Esses depoimentos confirmam Fernandes (2017) e Azevedo et al. (2024), para quem a combinação entre moradias deterioradas, ausência de reformas, conflitos comunitários e escassez de perspectivas de melhoria torna o assentamento menos atrativo, sobretudo para quem dispõe de alternativas de moradia e trabalho nos centros urbanos.

### 4.4 Perspectivas dos Assentados para o Fortalecimento da Vida Comunitária e Melhoria da Infraestrutura

Esta seção analisa as perspectivas dos entrevistados para o fortalecimento da vida comunitária e a melhoria da infraestrutura, expondo dois movimentos: (a) a reivindicação por investimentos externos e (b) o reconhecimento, pelos próprios moradores, da necessidade de ampliar a cooperação e a participação coletiva.

A principal demanda identificada refere-se à ausência de investimentos públicos e ao sentimento de abandono institucional, sintetizado na fala "é que viesse alguma coisa pra gente aqui, pra ajudar a gente, porque a gente nunca conseguiu nada aqui no assentamento" (SM1-A, 2026).

Quanto à infraestrutura, destaca-se a demanda por pavimentação das vias internas: "mandava botar calçamento" (SM1-A, 2026) e "só se fosse na estrada, para botar um calçamento, ou uma pissarra" (SM4-A, 2026), reivindicações apontadas como as melhorias mais viáveis para facilitar a mobilidade dos moradores.

Os sujeitos também demonstraram consciência das limitações internas: "existe dificuldade em conversar e se entender, existe dificuldade. Sempre existiu e está existindo ainda" (SM3-A, 2026). Uma percepção mais propositiva destacou a necessidade de organização coletiva: "é só mesmo na organização do grupo (...), todo mundo se unir, se juntar e debater questões" (SM3-B, 2026).

Essas percepções dialogam com Ferrante e Whitaker (2008), que identificam a construção da coletividade como um dos principais desafios dos assentamentos rurais, especialmente em contextos de conflitos interpessoais e baixa participação comunitária.

Abramovay (1999) acrescenta que a ausência de apoio técnico continuado limita a capacidade organizativa dos assentados.

Apesar das dificuldades relatadas, as entrevistas revelaram capacidade organizativa, sobretudo no sistema coletivo de arrecadação e pagamento das contas de água e energia: "nós somos uma associação, um ajuda o outro até agora a gente não tem problema, um recebe o talão, um arrecada o dinheiro, e aí aquele que arrecada ou ele paga ou ele dá pra um terceiro pagar" (SM4-A, 2026), complementado por vezes com recursos próprios da tesoureira "que não corte porque a gente que mora aqui precisa" (SM1-A, 2026).

Tais práticas indicam que, mesmo diante das fragilidades em outras dimensões, existe uma base de governança comunitária em funcionamento. Conforme Ferrante e Whitaker (2008), formas elementares de gestão coletiva são fundamentos para mecanismos mais amplos de cooperação, capacidade que Cardoso (1997) associa ao compromisso mais amplo da reforma agrária, que não se limita à distribuição da terra.

A análise conjunta evidencia que os desafios do Assentamento Olho D'Água constituem um conjunto de fatores interdependentes: as limitações espaciais reduzem a viabilidade produtiva e favorecem conflitos; as deficiências de infraestrutura dificultam a circulação e o escoamento da produção; a precariedade habitacional diminui a atratividade para os não residentes; e as fragilidades da coesão interna restringem a mobilização coletiva. Em contrapartida, as práticas de gestão compartilhada demonstram potencial de fortalecimento comunitário, permitindo uma leitura, fundamentada em Ferrante e Whitaker (2008), de incompletude institucional.

## 5. CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÕES

Este estudo analisou as percepções dos moradores e titulares do Assentamento Rural Olho D'Água, em Piripiri–PI, sobre os desafios de infraestrutura, moradia e organização espacial e seus impactos na dinâmica social e comunitária. Os resultados revelam que esses desafios se articulam e se retroalimentam, configurando fragilidades institucionais nas quais a conquista da terra não foi acompanhada das condições materiais e coletivas necessárias a uma vida digna no campo.

A organização espacial das moradias foi identificada como o problema estrutural do assentamento: construídas de forma concentrada, sem planejamento adequado, limitam as atividades agrícolas e inibem a criação de animais e o plantio próximo às residências, gerando conflitos de convivência. Os próprios moradores reconhecem o equívoco do planejamento original e apontam a realocação das casas como solução desejada, mas sem condições financeiras de viabilizá-la.

As deficiências de infraestrutura física e comunitária aprofundam esse quadro: vias internas sem pavimentação afetam de forma desigual os moradores com menor mobilidade, e a sede da associação é inadequada para reuniões ampliadas. Constatou-se ainda a ausência de equipamentos para o beneficiamento coletivo da produção — extração de buriti e produção de farinha —, realizadas individualmente, o que reduz a eficiência produtiva e o potencial de renda.

As condições habitacionais refletem um longo período sem reformas institucionais; as melhorias existentes foram feitas pelos próprios moradores, com recursos próprios e em condições precárias. Unidades desocupadas e em deterioração evidenciam que a moradia perde seu papel de materialização do direito à terra quando não oferece condições mínimas de dignidade. Para os não residentes, a decisão de não permanecer resulta da precariedade habitacional, custo de transporte e ausência de perspectivas de melhoria.

Apesar desse cenário, os próprios assentados apontaram caminhos para a superação dos desafios: reforma das casas e pavimentação das vias como prioridades externas, e maior participação nas reuniões da associação como demanda interna. Identificou-se ainda prática embrionária de governança comunitária — o sistema de arrecadação e pagamento coletivo das contas de água e energia —, que demonstra capacidade organizativa passível de ser potencializada, desde que haja condições materiais e apoio institucional adequados.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a realização da pesquisa em um único assentamento, com sete participantes em um universo de onze lotes, o que restringe a generalização dos resultados. A ausência de documentos institucionais acessíveis ao público, como o plano de assentamento junto à prefeitura, também limitou a possibilidade de confrontar as percepções dos moradores com os registros oficiais.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar a amostra para todos os titulares do assentamento e incorporar documentos do INCRA e da prefeitura municipal, além de aprofundar a dimensão da governança comunitária. Por fim, este estudo reforça que a efetividade da reforma agrária não se mede apenas pela entrega de lotes, mas pela capacidade do Estado de garantir, de forma contínua, as condições para que as famílias assentadas construam coletivamente uma vida digna no campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária, v. 29, n. 1, p. 3-14, 1999.

AZEVEDO, Márcia Aparecida Miranda et al. **Estratégias e desafios na formação de projetos de assentamentos rurais na Amazônia**. Revista de Gestão e Secretariado, v. 8, p. 4065, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigos 184 a 191. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm\>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 nov. 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Reforma agrária: compromisso de todos.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

CIDADE VERDE. **Secretaria de Desenvolvimento Rural entrega assentamento em Piripiri**. Cidade Verde, Piripiri, 17 jun. 2013. Disponível em: https://cidadeverde.com/piripiri/51766/secretaria-de-desenvolvimento-rural-entrega-assentamento-em-piripiri. Acesso em: 11 maio 2026.

FERNANDES, Maria José Costa. Da luta pela terra à luta pela **Reforma Agrária no Brasil**. Revista GeoInterações, v. 1, n. 1, p. 55-67, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Reforma Agrária e desenvolvimento**. Brasília: MDA, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Assentamentos**. Brasília, DF: Incra, [2024?]. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em: 20 jan. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Política de Reforma Agrária**. Brasília, 28 jan. 2020. Atualizado em 06/06/2025. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica. Acesso em: 20 jan. 2026.

LOMBARDI, M. R. et al. **A entrevista semiestruturada**. In: LOMBARDI, M. R.; ÁVILA, M. A.; PAULA, M. A. B. D. O prazer da entrevista em pesquisas qualitativas. Curitiba: [s. n.], 2021. Cap. 1, p. 35-56.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. **Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 1103-1112, 2014.